

Prefeitura Municipal de Botucatu

Estado de São Paulo

LEI NXX COMPLEMENTAR Nº 007/90

de 07 de novembro de 1990.

"Que dispõe sobre a denominação de logra douros e próprios públicos municipais de Botucatu, Estado de São Paulo".

DR. JOEL SPADARO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais, FAZ SA-BER que a Câmara Municipal decretou e ele san-¹ ciona e promulga a seguinte lei:

<u>CAPÍTULO I</u> DAS FORMAS DE DENOMINAÇÃO

ARTIGO 1º - A denominação de logradouros e próprios públicos municipais de Botucatu regula-se pelas disposições desta lei.

ARTIGO 2º - A denominação é a forma de identificação dos logradouros e próprios públicos municipais com nomes de pessoas ou referências a fatos, datas, lugares, animais, vegetais e coissas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se denominação, a identificação dos logradouros e próprios públicos municipais com números expressos em algarismos, em combinação ou não com letras do alfabeto, ou com a identificação de pontos cardeais e colaterais ou respectivas siglas.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS DA DENOMINAÇÃO

ARTIGO 3º - A denominação de logradouros e próprios públicos mu nicipais obedecerá as seguintes regras:

- I não deve ser extensa;
- II não deve ser repetida;
- III deve guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar figuras, fatos e datas representativas da história local, nacional ou geral;





-02-

LEI N.X COMPLEMENTAR Nº 007/90

de 1990. de 07 de novembro

- IV não deve lembrar fatos incompatíveis com o espírito de fraternidade universal;
- V não será permitida para designar nomes de pessoas jurídicas de associações ou crenças religiosas, de partidos políticos ou de produtos visando finalida de propagandística:
- VI não será permitida mais de uma vez para o mesmo lo gradouro e próprios públicos municipais.

ARTIGO 4º - Não se denominará logradouros e próprios públicos municipais com nome de pessoa homônima ou de identico patronímico de outra já homenageada, salvo quando se tratar de pessoa de inquestionavel proeminência, caso em que a denominação incorporará o título com que o homenageado era mais conhecido, pa ra efeito de identificação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando a denominação se referir a data, deve rá constar ao seu lado a que evento diz respeito, ressalvadas! as datas magnas da nacionalidade.

ARTIGO 5º - Os logradouros e próprios públicos municipais só poderão receber nomes de pessoas que:

- a) se tornaram vultos históricos da pátria;
- b) se distinguiram por relevantes serviços prestados ao Estado, à nação e à humanidade;
- c) se salientaram nas ciências, nas letras ou nas ar tes, no plano nacional ou internacional;
- d) se notabilizaram por feitos heróicos no município, ou que nele se refletiram;
- e) se destacaram nos vários setores das atividades hu manas ou que nele se refletiram;
- f) contribuíram para o enriquecimento de patrimônio! municipal, através de legados ou doações; e,
- g) concorreram de forma excepcional para o desenvolvimento do Município, em qualquer de seus aspec-

ARTIGO 6º - Ficam expressamente vedadas denominações de logradouros e próprios públicos municipais com:





-03-

LEI NXX COMPLEMENTAR Nº 007/90

de 07 de novembro de 1990.

- a) nomes de personalidade vivas;
- b) designações de pura lembrança ou homenagem pessoal, despidas de qualquer significação;
- c) a mudança da nomenclatura já oficializada, salvo em casos excepcionais de inconveniência ou duplicata.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS DO PROJETO

ARTIGO 7º - Os projetos de lei sobre denominação de logradouros e próprios públicos municipais deverão ter justificativa adequada, obedecendo as alíneas pertinentes estabelecidas no artigo 5º, desta lei.

ARTIGO 8º - Os projetos de lei sobre denominação com nomes de pessoas, deverão ser encaminhados às comissões permanentes, acom panhados dos "curriculum vitae" do homenageado.

ARTIGO 9º - Do corpo da lei de que trata este capítulo, deverá constar o nome completo do homenageado ou o nome pelo qual era conhecido, com o apelido, o apode, a alcunha ou o cognome, desde que não considerados pejorativos, e se for o caso do título principal, que deverá constar das placas de nomenclatura.

CAPÍTULO IV DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

ARTIGO 10 - O projeto de lei será objeto de duas discussões, sen do considerado aprovado quando obtiver aprovação de 2/3 (dois ter ços) dos membros da Câmara.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 11 - As normas desta lei aplicam-se, no que couber, à denominação dos bens públicos municipais de uso especial.

ARTIGO 12 - O município manterá, no Departamento competente, cadastro da denominação de logradouros e próprios públicos municipais, do qual deverá constar de denominação, nome do autor da





Prefeitura Municipal de Botucatu Estado de São Paulo

-04-

LEI XX COMPLEMENTAR Nº 007/90

de 07 de de 19 90. novembro

lei que a originou, número e data da lei e demais elementos que se fizerem necessários.

ARTIGO 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botucatu, 87 de novembro de 1.990.

Registrada na Seção de Secretaria e Expediente na mesma data.

CHEFE DA SEÇÃO DE SECRETARIA E EXPEDIENTE